

UMA VIDA DEDICADA À JUSTIÇA SOCIAL



**JOÃO
PAULO** 
Com Lula, ao lado dos brasileiros



Índice

- pág. 03** Apresentação
- pág. 04** Trajetória política
- pág. 05** Vereador em Osasco e Deputado Estadual
- pág. 06** Deputado Federal - Dois primeiros mandatos
- pág. 07** Presidente da Câmara dos Deputados 2003-2004
- pág. 09** Reforma Tributária
- pág. 10** Reforma do Judiciário
- pág. 11** Estatuto do Idoso
- pág. 11** Estatuto do Desarmamento
- pág. 12** Estatuto do Torcedor
- pág. 13** Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs)
- pág. 14** Lei de Inovação Tecnológica
- pág. 14** Lei de Falências
- pág. 15** Lei de Preservação da Mata Atlântica
- pág. 15** Medidas contra o trabalho infantil e o trabalho escravo
- pág. 16** Bolsa Família
- pág. 17** Ação institucional: transparência e conexão com a sociedade
- pág. 18** Produção legislativa - Deputado Federal: 2007-2010 e 2011-2014
- pág. 19** Reforma política e medidas de combate à crise política
- pág. 20** Presidente da CCJC
- pág. 21** Conquistas para as cidades paulistas e Universidade Federal em Osasco
- pág. 22** Melhorias no sistema de transporte público em São Paulo
- pág. 22** Emendas parlamentares
- pág. 23** Advogado respeitado na defesa da justiça social

APRESENTAÇÃO

Nessa publicação, do Diretório Municipal do PT de Osasco, apresentamos aos paulistas um resumo da trajetória profissional e política de João Paulo Cunha, um destacado líder nacional do Partido dos Trabalhadores. Fundador do partido, esteve sempre lado a lado com Lula no apoio à organização dos trabalhadores nos sindicatos, nos movimentos sociais e na construção partidária.

Forjado nas lutas democráticas, João Paulo é respeitado em todos os partidos por prezar pelo diálogo e por sua capacidade de articulação em busca de consensos políticos, que levem à aprovação de projetos que melhorem a qualidade de vida dos brasileiros. Como vereador, deputado estadual e federal e Presidente da Câmara dos Deputados, exerceu seus mandatos parlamentares com competência, transparência e participação popular.

E foram muitas as conquistas de seus mandatos, que ajudaram o desenvolvimento sustentável do Brasil e beneficiaram a população. Parte dessas realizações estão aqui destacadas, comprovando que seu trabalho ético e dedicado rendeu muitos frutos positivos para os moradores da região de Osasco e de todo o estado de São Paulo. O enorme respeito que João Paulo conquistou, nos mais de 50 anos de dedicação à defesa dos direitos e da justiça social, o credenciam a seguir defendendo os interesses do povo paulista

Boa leitura.

Diretório Municipal do PT de Osasco

JOÃO PAULO, UMA VIDA DEDICADA À JUSTIÇA SOCIAL

Das pastorais ao movimento sindical e à Presidência da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha tem atuação política marcada pela defesa da democracia, do diálogo propositivo, dos direitos dos trabalhadores e da justiça social.



ORGANIZAÇÃO DAS PASTORAIS, DO MOVIMENTO OPERÁRIO E FUNDAÇÃO DO PT

João Paulo Cunha, 67 anos, nasceu em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, mas a carreira profissional e a atuação política começaram em Osasco, para onde se mudou com a família aos 6 anos.

Metalúrgico, João Paulo iniciou a militância nos movimentos sindicais e populares que eclodiram na década de 1980.

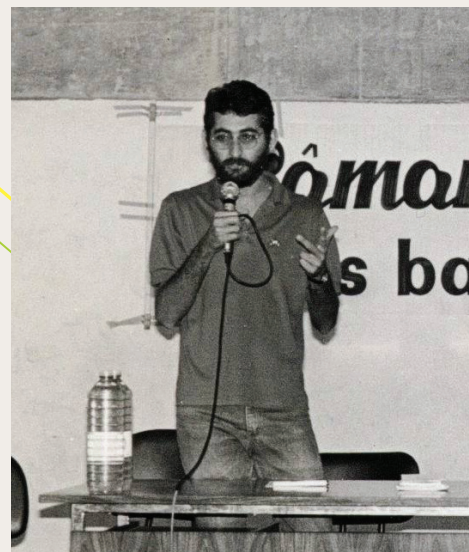
Participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ajudando a organizar a Pastoral da Juventude e a criar o Centro dos Direitos Humanos de Osasco. Funcionário da Braseixos, empenhou-se na organização e articulação por melhores salários e condições

de trabalho dos operários, e pelo fortalecimento da participação sindical.

Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, em 1980. O PT completou 46 anos em 2026 e, nessas mais de 4 décadas, sempre teve João Paulo Cunha como uma de suas grandes lideranças, tanto pelo trabalho de consolidação e fortalecimento do partido quanto pela defesa da democracia e empenho nas causas que trouxeram inúmeros avanços sociais e econômicos para o Brasil.

Assumiu a presidência do PT em São Paulo, em 1995, atuando para democratizar, organizar e estruturar o partido em todo o estado.

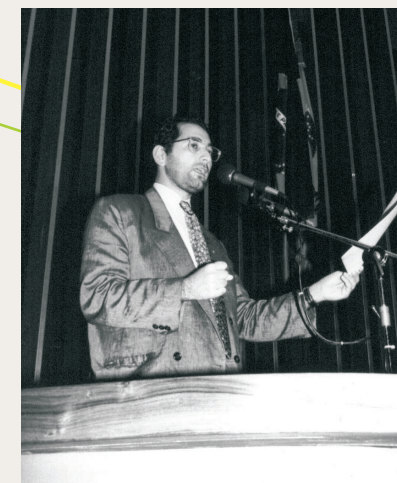
1982-1988 VEREADOR EM OSASCO



Foram mais de 30 anos contínuos de atuação parlamentar desde que venceu sua **primeira eleição em 1982, para vereador em Osasco** - um dos primeiros políticos eleitos pelo PT. Na Câmara Municipal, cumpriu um mandato marcado pela constante fiscalização dos atos do Executivo e pela defesa e estímulo à participação popular. Com seu empenho, surgiram nessa época na cidade **os primeiros movimentos sociais por moradia, saúde e transportes públicos.**

1991-1994 DEPUTADO ESTADUAL

Em 1990, foi eleito deputado estadual e, já no primeiro ano do mandato, foi escolhido Líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo. Destacou-se por exercer uma liderança de oposição propositiva, democrática e transparente. Sua ótima capacidade de articulação e diálogo foi empenhada na defesa de mais qualidade de vida para os paulistas de todo o estado.



DEPUTADO FEDERAL 1995-1998 e 1999-2002



Eleito deputado federal pela primeira vez em 1994, João Paulo Cunha destacou-se na Câmara dos Deputados por sua atuação em defesa de uma Reforma Política capaz de democratizar e aprimorar o sistema partidário e o processo eleitoral brasileiros. Reeleito em 1998, deu continuidade ao ótimo trabalho pelo aperfeiçoamento do regime político-partidário e fez um mandato democrático e popular, fortalecendo os movimentos sindicais e populares.

Líder da Bancada dos Deputados Federais do PT – 2002

Como líder da bancada federal do PT, em 2002, João Paulo reafirmou a sua predisposição para o diálogo democrático, entre todas as forças políticas. Fez, novamente, uma oposição qualificada e propositiva. Foi um dos coordenadores da vitoriosa campanha de Lula para a Presidência do Brasil e ocupou um papel de destaque na transição de governo, para o primeiro mandato de Lula.

PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2003-2004

Como presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha conduziu a direção da Casa fazendo uma gestão eficiente, democrática e transparente. Afirmando a autonomia e independência do poder legislativo, esteve sempre aberto ao diálogo com o governo do presidente Lula e também com a oposição. Em sua gestão aprovou-se o cargo de líder da minoria e foram retirados os vidros da galeria do Plenário da Câmara dos Deputados, que separavam o povo dos deputados. João Paulo liderou debates de programas fundamentais para o Brasil, e com sua capacidade de articulação e respeito à todas as posições, conseguiu articular consensos para pautar e aprovar projetos que seguem beneficiando os brasileiros.



Em 2003, pela primeira vez na história, um metalúrgico, Lula, chegava ao comando do país; e outro, João Paulo Cunha, assumia a Presidência da Câmara dos Deputados, eleito com uma ampla maioria, conquistou 434 votos entre os 493 deputados federais votantes. Sua gestão à frente da Casa do Povo é reconhecida pela autonomia e fortalecimento do poder legislativo, modernização e agilização dos processos parlamentares, transparência, diálogo institucional e abertura à ampla participação popular e pela aprovação de projetos fundamentais para o Brasil. Os anos de 2003 e 2004 compreenderam



um período em que o Legislativo foi protagonista na transformação do país, com o debate e a aprovação de leis que até hoje fazem a diferença na vida dos brasileiros, como: reformas Tributária e do Judiciário; estatutos do Idoso, do Torcedor e do Desarmamento, além de leis como as que instituíram o Bolsa-Família, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), a recuperação judicial de empresas, e os incentivos pioneiros à pesquisa e inovação tecnológica – todas elas, com articulação democrática e consenso construído, junto à todos os partidos, pelo presidente João Paulo Cunha.

Durante a presidência de João Paulo Cunha a Câmara dos Deputados reforçou a sua conexão com a sociedade brasileira, o que resultou em melhoria na imagem da Casa e na elevação de sua credibilidade junto à população. Houve ampla reformulação que colocou em patamar superior de qualidade a TV

e o Portal da Câmara dos Deputados, e os mecanismos de consulta popular foram aprimorados e ampliados.

Como presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha chegou a assumir a Presidência do Brasil interinamente, em fevereiro de 2004.



Entre as mais de 350 matérias aprovadas no biênio 2003-2004, destacam-se reformas estruturantes que contribuíram para o crescimento econômico do país; estatutos que reforçaram a proteção social; e leis que alavancaram investimentos e o desenvolvimento sustentável do país.

Reforma Tributária – EC 42/2003 e EC 44/2004

O texto apresentado pelo Governo como PEC 41/2003 foi promulgado naquele mesmo ano, após uma série de negociações com governadores, prefeitos e a iniciativa privada. A emenda definiu a repartição de 25% dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para estados, Distrito Federal e municípios; prorrogou até 2007 a CPMF e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) - permitindo o gasto livre de 20% da arrecadação da União; e estabeleceu a possibilidade de os municípios ficarem com toda a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR). Também foram aprovadas a redução de alíquotas do IPI e da Confins para 600 produtos e a isenção tributária para livros, insumos agropecuários e alimentos da cesta básica.

Já em 2004, nova rodada de acordos com os governadores permitiu a aprovação da EC 44, que aumentou o percentual de repasse da Cide de 25% para 29%. A promulgação da emenda foi seguida da aprovação da MP 161/04, que estabeleceu critérios para a repartição dessa contribuição entre estados e municípios.





Reforma do Judiciário - EC 45/2004

Após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, a emenda foi finalmente aprovada em dezembro de 2004, com o objetivo maior de garantir mais eficiência e celeridade ao sistema judiciário. Sua promulgação possibilitou mudanças importantes na organização e no funcionamento da Justiça brasileira. Entre elas: a edição de súmulas vinculantes pelo STF; o instituto da repercussão geral como requisito de admissibilidade dos recursos extraordinários (delimitação das competências do STF); e a criação dos **Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP), do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).**

A reforma facilitou ainda o acesso ao Judiciário, determinando a instalação da Justiça Itinerante (realização de audiências por meio de equipamentos públicos e comunitários) e a permissão para que os tribunais de segunda instância atuem de forma descentralizada por meio de câmaras regionais.

(Em <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/promulgada-ha-15-anos-reforma-do-judiciario-trouxe-mais-celeridade-e-eficiencia-a-justica-brasileira/>)

Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003

O projeto que deu origem ao Estatuto do Idoso foi apresentado em 1997, pelo então deputado Paulo Paim (PT), e aprovado após seis anos de tramitação, como prioridade das gestões petistas na Câmara dos Deputados e no Governo Federal. O Estatuto garante proteção integral dos direitos das pessoas com 60 anos ou mais, assegurando prioridade absoluta, liberdade, respeito, dignidade e autonomia aos idosos brasileiros.

Pode-se dizer que esta foi uma lei “visionária”, que se antecipou e preparou o país para o movimento acelerado de envelhecimento da população. De acordo com o IBGE, o Brasil tem hoje 33 milhões de idosos (16% da população), o dobro do número registrado em 2003, quando o Estatuto foi aprovado: 16,7 milhões.



Estatuto do Desarmamento Lei nº 10.826/2003

A lei, que regulamenta o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo no Brasil, foi resultado de um intenso debate entre o Parlamento e a sociedade. O Estatuto é uma regulamentação que estimula o desarmamento e a redução da violência. A abertura para a participação social culminou na realização, em 2005, de referendo com intuito de consultar a população sobre a proibição do comércio de armas no país.

A maioria dos brasileiros foi contrária ao impedimento, validando as regras para comercialização previstas no Estatuto – a aquisição e posse de armas de fogo para o cidadão comum exige autorização e registro na Polícia Federal, além de comprovação de antecedentes e capacidade técnica.



Estatuto do Torcedor - Lei 10.671/2003

O projeto que deu origem ao Estatuto de Defesa do Torcedor foi apresentado no final de 2002, como indicação da CPI que investigou irregularidades no futebol brasileiro. Sua discussão aconteceu já no primeiro ano do Governo Lula, e a aprovação foi fruto de amplo consenso costurado no Parlamento. O Estatuto definiu direitos e deveres para torcedores, clubes e órgãos públicos em eventos esportivos; estabeleceu normas de segurança para os estádios, com uma série de medidas para coibir a violência entre torcidas; regulamentou a venda de ingressos; e definiu crimes como os de adulteração de resultados de competições.

Duas décadas depois, as disposições do Estatuto foram incorporadas pela Lei Geral do Esporte (14.597 de junho de 2023), também sancionada pelo presidente Lula.

Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs) Lei 11.079/2004

Moderno instrumento para atração de investimentos, as PPPs foram uma das prioridades do Governo Lula para alavancar o setor de infraestrutura. A aprovação do texto, em 2004, envolveu intensa atuação de João Paulo, na articulação das lideranças governistas e da oposição. A lei contém diretrizes para contratos entre o setor público e a iniciativa privada em obras estruturantes e em projetos de prestação de serviços.

O governo federal atua em PPPs de 3 formas: 1) apoiando e fomentando as parcerias com estados e municípios – atualmente, o governo apoia e estrutura 47 projetos distribuídos em todas as regiões do país; 2) por meio da contratação de PPP pela administração indireta – há um contrato federal ativo e em execução, leiloado em 2009; 3) por contratação direta, com arranjo institucional específico para cada projeto – há 4 projetos neste modelo em andamento, no setores de infraestrutura hídrica (integração do São Francisco), saúde (hospitais federais) e energia.

(Em <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2025/03/lei-federal-de-parcerias-publico-privadas-tem-20-anos>)



Entre 2004 e 2024, mais de 300 contratos de PPPs foram firmados no Brasil, movimentando investimentos de R\$ 210 bilhões. Somente no primeiro semestre de 2025, surgiram 232 novas iniciativas em PPPs, 104 editais foram publicados e 66 contratos assinados; investimentos totalizam R\$ 82 bilhões.

(Em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/ppps-assinadas-no-1o-semester-totalizam-r-82-bilhoes-em-investimentos/>)



Lei de Falências Lei 11.101/2005

A legislação foi aprovada após 14 anos de tramitação no Congresso, com o objetivo de recuperar judicialmente empresas viáveis, restaurando o crédito e garantindo a manutenção dos empregos. A entrada do projeto na pauta envolveu o empenho direto de João Paulo na Presidência da Câmara dos Deputados, e a aprovação se deu a partir de consenso costurado também com entidades empresariais.

Até 2015 (após 10 anos de vigência da lei), cerca de 7 mil empresas entraram em recuperação judicial no Brasil.

Em 2024, 2.273 empresas ou grupos empresariais pediram recuperação judicial, o maior número desde a implantação da lei.

<https://www.decisorbrasil.com.br/em-2024-2-273-empresas-ou-grupos-empresariais-pediram-recuperacao-judicial-o-maior-numero-desde-a-criacao-do-instituto/>

Lei de Inovação Tecnológica Lei 10.973/2004

Foi a primeira lei a criar incentivos para a inovação e a pesquisa no Brasil, por meio do estímulo à parceria entre o poder público, as universidades e a iniciativa privada. Seus objetivos foram a “capacitação, a autonomia tecnológica do país e o desenvolvimento do sistema produtivo nacional”.



A lei permitiu mais apoio e a consolidação de ecossistemas de inovação em diversas regiões do país. O Brasil tem atualmente 62 parques tecnológicos em operação, 23 em implantação e 7 em estágio de planejamento, além de 291 incubadoras de empresas e 65 aceleradoras.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) estima que essas iniciativas envolvem cerca de 10 mil empresas inovadoras.

(Em <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/12/lei-de-inovacao-completa-20-anos-reforcando-a-consolidacao-entre-ciencia-e-o-setor-produtivo>)

Lei de Preservação da Mata Atlântica 11.428/2006

A lei estabeleceu direitos e deveres dos cidadãos e de órgãos públicos quanto à exploração consciente dos recursos da Mata Atlântica, a partir de critérios sustentáveis. Além disso, criou incentivos financeiros para restauração dos ecossistemas; estimulou doações privadas para projetos de conservação; regulamentou o artigo da Constituição que define a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional; delimitou o domínio de floresta; e freou o desmatamento da mata nativa.

Após uma longa tramitação que começou em 1992, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto em 2003, atendendo a uma das principais reivindicações do movimento ambientalista. O acordo entre esses movimentos e os deputados da bancada agrícola e de todos os partidos, foi conduzido pelo presidente da Casa, João Paulo Cunha.



Os efeitos positivos foram sentidos já na primeira década de vigência da lei: de 2005 a 2014, a área de recuperação da Mata Atlântica foi maior que a área desmatada, com ganho líquido de 200 mil hectares.

<https://neomundo.org.br/slider/regeneracao-da-mata-atlantica-avanca-mas-perda-de-florestas-maduras-persiste>

Medidas contra o trabalho infantil e o trabalho escravo



Em 2003, sob a liderança de João Paulo, o parlamento federal discutiu e aprovou a reestruturação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cuja gestão foi assumida pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O programa ganhou amplitude e passou a integrar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), articulando ações com áreas como educação e saúde. A Câmara também discutiu e aprovou, em primeiro turno, a PEC 438/2001, que determina o confisco de terras de quem explora o trabalho escravo.



Bolsa Família – Lei 10.836/2004

Foi também sob a presidência de João Paulo Cunha que a Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória (MP 132/2003) que criou o Programa Bolsa Família.

- Já no primeiro ano, o programa atendeu 3,6 milhões de famílias que viviam em condições de pobreza e extrema pobreza no Brasil.
- Em uma década, o número de beneficiários saltou para 14 milhões de famílias (entre 40 e 50 milhões de pessoas).
- Em 2024, já como Novo Bolsa Família, o programa contemplou cerca de 54 milhões de pessoas (19 milhões de famílias).
- Em 2025, estudo da Fiocruz indicou o programa evitou mais de 700 mil mortes e 8 milhões de internações hospitalares desde sua criação.
- Outro estudo, do Banco Mundial, aponta que o programa tem impacto de 2,16% no PIB das regiões com famílias contempladas.
- Nos 20 anos de existência do Bolsa Família, 64% dos beneficiários conseguiram deixar o Cadastro Único, graças à evolução socioeconômica alcançada. Entre os jovens e os adultos, 44% entraram no mercado formal de trabalho - mais de 5 milhões de pessoas.

Presidência de João Paulo priorizou a transparência e conexão da Câmara dos Deputados com a sociedade brasileira

- Pela primeira vez na história, a sociedade pôde ter acesso a todos os contratos e licitações da Câmara dos Deputados, a partir da divulgação de todos os documentos no site oficial da Casa.
- Os trabalhos da Ouvidoria foram potencializados, e houve crescimento da participação popular pelo site da Câmara e pelo telefone 0800.
- A TV, o portal e o Jornal da Câmara dos Deputados passaram por completa reformulação: modernização visual e diversificação de conteúdo resultaram em aumento da qualidade e da audiência. O número de acessos ao site, por exemplo, cresceu 50% e chegou a 6 milhões de visitas em 2004.
- A Câmara lançou a Revista Plenarium, periódico que se tornou um espaço para reflexão científica e acadêmica sobre o Parlamento e seu papel para a democracia brasileira.
- Publicações impressas foram distribuídas por todo o país, entre elas: livro de Imagens da Câmara; relatório oficial dos trabalhos do biênio 2003-2004; estatutos do Idoso, do Torcedor e do Desarmamento; e a História dos 10 anos da Comissão de Direitos Humanos.
- A Casa implantou o serviço de carta-resposta, que recebeu mais de 100 mil correspondências no ano.
- Implantou ainda o site Plenarinho (www.plenarinho.gov.br) para dialogar com crianças e adolescentes.
- Mais de 800 eventos foram realizados entre 2003 e 2004, um diálogo amplo e aberto a todos os setores da sociedade.
- O número de visitantes saltou de 47 mil mensais em 2001 para 136 mil em 2004.

Os dados são do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Eventos/Revista_Comemoracao_20_anos_BF.pdf

Produção legislativa

Sob a presidência da João Paulo Cunha, a Câmara dos Deputados:

- Realizou 342 sessões em 2003; e 317 sessões em 2004.
- Apreciou 756 matérias em 2003, das quais 213 foram aprovadas; e 689 em 2004, aprovando 153.
- As comissões permanentes e temporárias realizaram 1.573 reuniões em 2003; e 1.096 em 2004.



Deputado federal: 2007-2010 e 2011-2014

Após deixar a Presidência da Câmara, João Paulo Cunha seguiu trabalhando e articulando consensos para a aprovação de propostas importantes para o Brasil e os brasileiros. Em 2006, foi reeleito deputado federal – o mais votado do PT em São Paulo e o segundo do Brasil, com mais de 177 mil votos.

Em seu quarto mandato, a prioridade voltou a ser uma Reforma Política robusta, que incluísse financiamento público de campanhas eleitorais, para reduzir a influência do poder econômico, e voto em listas partidárias, como forma de fortalecer as legendas e seus programas. Seguiu atuando firme para trazer recursos, projetos e obras públicas para os municípios paulistas.

No mandato de 2007-2010, João Paulo foi relator de 22 matérias legislativas, com destaque para:

Reforma Política

Em 20 anos de Parlamento, João Paulo se destacou como grande defensor de um sistema partidário-eleitoral moderno, capaz de garantir mais qualidade para a representação política e maior participação popular. Como membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), foi relator da admissibilidade de várias propostas de reforma política. Também foi relator da PECs 142/1998 e 77/2003, apresentando um parecer robusto, favorável ao fim da reeleição para cargos do Executivo (prefeitos, governadores e presidente da República) e à ampliação desses mandatos para 5 anos, com simultaneidade das eleições no Brasil.



Medidas de combate à crise econômica

João Paulo foi relator da MP 443/2008, que autorizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituir subsidiárias e adquirir participação em instituições financeiras sediadas no país. Convertida na lei 11.908/2009, a medida foi essencial para fortalecer os bancos estatais no período da crise econômica de 2009, originada nos Estados Unidos e com efeitos nocivos em todo o mundo.

Presidente da CCJC – 2011-2012

Em 2010, foi reeleito para o quinto mandato de deputado federal, com mais de 255 mil votos novamente, o mais votado do PT em São Paulo.



João Paulo Cunha iniciou o seu 5º mandato de deputado federal sendo **eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara**. Exerceu a presidência da Comissão, a mais importante da Câmara dos Deputados, entre 2011 e 2012, período onde novamente, com sua disposição para o diálogo e capacidade de articulação, ajudou na aprovação de importantes projetos de lei.

Neste período, a CCJC priorizou matérias que garantissem base legal para o estímulo aos investimentos públicos e privados no Brasil. Também se dedicou a aprovar projetos que pudessem avançar no debate e regulamentação de uma qualificada reforma política.

Entre 2011 e 2014, João Paulo Cunha apresentou mais de 50 proposições, sendo 9 projetos de lei, e foi relator de outras seis matérias.

Entre os projetos de sua autoria debatidos pela Câmara dos Deputados nesse período, destacamos:

- **PL 2820/2011**, que prevê a criação do Conselho de Política e Administração Tributária (CONPAT) para ampliar a participação e controle social sobre a administração pública, em especial, sobre a atividade de tributação. O CONPAT funcionaria como um fórum para aperfeiçoamento da política tributária, a fim de que esta refletisse as reais necessidades da população, dando maior transparência à aplicação dos recursos arrecadados.

- **PL 3446/2012**, para beneficiar os agricultores e empreendedores familiares que desenvolvem suas atividades em áreas urbanas.

João Paulo Cunha deixou a Câmara dos Deputados em 2014, com elevada reputação e grande respeito conquistado entre os parlamentares, autoridades dos outros poderes e amplos setores sociais, e figurando entre os Deputados Federais mais influentes do país.

Atuação parlamentar de João Paulo viabilizou conquistas muito importantes para os municípios paulistas

Ao longo do mandato, João Paulo esteve com praticamente todos os ministros do governo Lula, apresentando propostas do Legislativo e da sociedade para diversas áreas da administração pública. Em muitas dessas audiências, também levou prefeitos e vereadores de todas as regiões de São Paulo, para reivindicar projetos

e recursos e firmar parcerias para o desenvolvimento de ações, programas e obras públicas nos municípios, em cooperação com o governo federal. Ao lado do presidente Lula, ajudou a trazer muitas conquistas sociais para as cidades do estado de São Paulo, como: UPAS, UBS, escolas, creches, moradias populares e obras viárias.

Universidade Federal em Osasco

A atuação firme de João Paulo possibilitou a implantação do campus da **Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) de Osasco**, na região da Grande São Paulo.

- A construção do campus de Osasco foi anunciada pelo governo Lula em 2008, e as aulas tiveram início em 2011. A unidade abriga a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), e os cursos de administração, economia, ciências atuariais, contabilidade e relações internacionais.

- Em 2024, o Governo Federal inaugurou um novo prédio da Universidade, onde estudam atualmente 1.400 alunos. A obra do Campus Osasco integra uma série de investimentos para consolidação da Unifesp e recebeu recursos de R\$ 102 milhões.



“ Se não fosse o João Paulo, certamente essa universidade não sairia. Toda semana ele cobrava o ministro da Educação, Fernando Haddad, para que a gente pudesse trazer a universidade federal para Osasco ” Presidente Lula

Melhorias no sistema de transporte público em São Paulo

Durante seus mandatos, João Paulo trabalhou para melhorar o transporte público no estado, com destaque para:

- Reativação dos ramais ferroviários Santos-Cajati e Tupã-Panorama: a revitalização dos trechos alavanca a economia dessas regiões; os projetos foram retomados recentemente pelo governo Lula.

- Construção do trecho sul do Ferroanel, para transporte de cargas.

- Trem expresso ligando o Aeroporto de Guarulhos à Estação Barra Funda e projeto para a implantação do trem-bala ligando São Paulo-Campinas ao Rio de Janeiro.

- Ponte ligando São Paulo e Mato Grosso do Sul: o deputado ajudou a viabilizar recursos para que a obra da ponte entre Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS) fosse finalmente concluída, em 2009, após 9 anos de espera.

- Duplicação da rodovia Regis Bittencourt: o empenho de João Paulo junto ao Governo Federal foi fundamental para o início das obras em dois trechos da Serra do Cafezal, em 2010. A duplicação foi concluída em 2017.



Emendas parlamentares

- Por meio de emendas ao Orçamento da União, João Paulo Cunha destinou **R\$ 60 milhões para mais de 100 municípios paulistas entre 2007 e 2010**. Os recursos foram destinados para ações e programas nas áreas de saúde e educação, e para obras de infraestrutura urbana como canalização de córregos, pavimentação e outras melhorias.

- Recursos federais também viabilizados por João Paulo Cunha foram empregados na **construção e reforma de creches e pré-escolas, e na implantação de unidades de saúde** em municípios da Grande São Paulo e do interior do estado.

ADVOGADO RESPEITADO NA DEFESA DA JUSTIÇA SOCIAL



Na última década João Paulo se dedicou à sua formação e qualificação profissional. Graduiu-se em direito e depois fez o mestrado na área. Hoje dirige um dos mais prestigiados escritórios de advocacia do Brasil, conquistando o respeito na área jurídica por sua competência e postura ética, sempre na defesa dos direitos e da justiça social.

Defender direitos, mesmo antes de se formar advogado, faz parte de sua vida e de sua trajetória parlamentar. O Direito à justiça social, educação, saúde e transporte de qualidade. Direito à moradia digna e segurança pública eficientes. Direitos e igualdade de condições e oportunidades para as mulheres, combatendo, reduzindo e punindo a violência contra as mulheres, com políticas de prevenção, proteção e acolhimento. Direitos e oportunidades aos jovens e direitos e cuidados dos idosos.

“ **Defender a conquista de direitos, melhores condições de vida e justiça social para os trabalhadores é o que mais me motiva a seguir nessa caminhada política. Com o presidente Lula, ao lado dos brasileiros, vamos realizar nossos sonhos e fazer cada vez melhor o Brasil.** ” João Paulo Cunha

JOÃO PAULO

Com Lula, ao lado dos brasileiros

